

Artigo



CLAUDIO SALES
claudio.sales@acendebrasil.com.br

Deixem o Ibama trabalhar em paz

Servidor não tem incentivos para agilizar licenciamento ambiental de empreendimentos complexos

Caso 1: Ministério Público Federal de Rondônia pede afastamento do presidente do Ibama e do diretor de licenciamento ambiental por terem concedido a licença ambiental que autoriza a instalação do canteiro de obras da Usina Hidroelétrica Jirau, no rio Madeira.
 Caso 2: Ministério Público de Mato Grosso processa diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) por manifestação favorável ao início das obras de Jirau.
 Caso 3: Ministério Público do Pará intimida diretor-geral da Aneel por ter revelado sua opinião pessoal sobre o processo de licenciamento ambiental de empreendimentos de interesse nacional.

Estes exemplos mostram que no Brasil sobram estímulos para que o servidor público seja ineficiente, uma vez que aqueles que buscam atuar, tomando decisões, podem ser processados.

Não estamos tratando aqui de desvios de conduta, fraudes e corrupção, que devem ser punidos com todo o rigor da lei. Nos casos acima, os servidores buscaram dar eficiência e agilidade aos licenciamentos ambientais sem comprometer a qualidade e o rigor da avaliação.

Esta distorção acontece porque a Lei de Crimes Ambientais (9.605/98), no seu artigo 67, prevê a detenção do servidor público que conceder, sem má-fé, licença ambiental em desacordo com as normas ambientais.

Isso quer dizer que qualquer falha, por menor que seja, e ainda sujeita à interpretação do Ministério Público, pode ser motivo de um processo contra o servidor público. E parece incrível, mas nestes casos o Estado não dá nenhum apoio à defesa do servidor.

Esse arranjo intimida os servidores, que passam a atuar com receio e não têm maiores incentivos para dar presteza aos licenciamentos ambientais de empreendimentos complexos. No caso do setor elétrico, esse é o caso das usinas hidroelétricas, cujo grande potencial a ser explorado está na Amazônia, região de alta complexidade socioambiental.

O papel do Ministério Público é proteger o patrimônio público, o meio ambiente e o interesse de todo cidadão brasileiro. Os casos acima, porém, são exemplos de ameaça à atuação e à liberdade de opinião que podem comprometer o trabalho de servidores públicos honestos.

No caso do setor elétrico, os processos de licenciamento ambiental estão entre os mais estruturados, modernos e rigorosos do mundo: além de três etapas de licenciamento (que produzem as licenças prévia, de instalação e de operação), há mecanismos de transparência, como audiências e consultas públicas. A ação do Ministério Público pode se dar em qualquer uma das fases, mas em geral tem ocorrido depois da licença prévia, que atesta a viabilidade ambiental do empreendimento.

O Ministério Público, como representante da sociedade, deveria aprofundar-se nas questões e nos projetos antes de promover Ações Cíveis Públicas que tendem a paralisar o licenciamento ambiental e até as obras de usinas já licenciadas.

As alternativas de negociação deveriam ser exploradas e, em se caracterizando o desvio de conduta, ajustá-lo, usando os instrumentos já existentes. Nos casos em que isto não for possível, aí sim, deve-se partir para processos judiciais. Caso contrário, continuarão a ser gerados altos custos para a sociedade e atrasos em obras importantes para o País.

A assimetria dos direitos e deveres é preocupante: o Ministério Público pode promover Ações Cíveis Públicas contra servidores e instituições e, se não for provada a fraude, o processo é arquivado sem nenhuma consequência para o autor da denúncia. Os custos dos processos são pagos pelo Estado e ninguém é responsabilizado pelo desperdício de tempo e do dinheiro do contribuinte.

As autoridades e os servidores públicos merecem um ambiente mais estável para desenvolver suas atividades, com igualdade de direitos e deveres entre todas as categorias de servidores. Isso significa que o Ministério Público precisa cuidar para que suas ações não despertem na sociedade a dúvida que surge de tempos em tempos: "Afinal, quem é o Ministério Público do Ministério Público?"

Crédito segu

RECENTE PEDIDO DO PRESIDENTE LUIZ Inácio Lula da Silva de que o Banco do Brasil financie moradia para a baixa renda causou alguma preocupação dentro do mercado financeiro. Alguns analistas argumentam que o governo não deve exigir algo do banco estatal que possa prejudicar a rentabilidade dos acionistas — mesmo sendo a União o majoritário. Outras opiniões comparam o possível início desse processo ao *subprime* norte-americano, em que os bancos financiavam quem não poderia pagar, gerando então uma disparada da inaplicabilidade no setor imobiliário.

Essas análises são válidas, mas as devidas precauções e diferenças devem ser guardadas. Além de tudo, está provado estatisticamente que a inadimplência entre as classes de menor poder aquisitivo é inferior ao calote na classe média. Além disso, há uma grande diferença entre a regulamentação do sistema financeiro brasileiro e a dos Estados Unidos. Enquanto o índice de inadimplência mínimo exigido no mundo é de 8%, Brasil a autoridade monetária exige 11%.

Se não bastasse esse "fôlego" extra, a impressão é de que o sistema financeiro norte-americano é de que as coisas corriam soltas, sem o

devido a complicações regulatórias, a descoberta de fraudes internacionais. Bancos nos do que 15 anos atrás é que o problema não impediu a operar nas décadas seguintes, aparentemente que o banco não foi afetado pelas medidas tomadas pelo governo, não comprometeram os investimentos mais acionistas.

Por último, e favorecidas não foram as análises apuradas de cada transação. Além da preocupação com a segurança a partir da crise, passando. Cabe ressaltar que os bancos do sistema financeiro atualmente em crise são bancos que cuidaram muito bem do Brasil, portanto também minimizam o prejuízo quem está

Artigo



ANTONIO GONÇALVES
fernanda@azbrasil.jor.br

As duas faces da "moeda"

Presidente dos EUA assumiu cercado de perguntas: ele conseguirá reverter 8 an

Na história dos Estados Unidos existem alguns presidentes que se tornaram personalidades históricas e que influenciaram de alguma forma não apenas outras nações como também outras culturas — afinal, não há como esquecer personagens da história como George Washington, Abraham Lincoln e John Fitzgerald Kennedy, apenas para citar alguns.

Entretanto, a mesma nação que produziu líderes tão contestes também foi capaz de contribuir negativamente com governantes de resultados, digamos, desastrosos, caso de Richard Milhous Nixon, George Herbert Walker Bush e seu filho George W. Bush, dentre outros.

O primeiro citado por muito pouco não foi contemplado com o maior escândalo que um presidente pode sofrer e, por conseguinte, ser retirado do poder via *impeachment* depois dos acontecimentos em Watergate.

George Bush conduzia seu governo sem grandes problemas até a guerra com o Iraque, o começo de uma grande rivalidade com Saddam Hussein.

Os motivos não foram muito claros — como em todas as guerras, diga-se de passagem —, porém o sentimento deflagrado gerou consequências à população americana que não foram imediatamente sentidas.

Apesar de em toda guerra, os efeitos acontecem, podem ser imediatos ou não. No caso americano, o conflito foi silencioso, com o inimigo se armando e evoluindo com tecnologia e informação norte-americana. O resultado está marcado para sempre com a destruição das torres gêmeas em 11 de setembro.

Este tipo de tática, aliás, é típica da cultura ianque, com seus órgãos de inteligência, milícia oculta, como o CIA, FBI, etc. fatos esses que geraram a guerra com a antiga URSS.

Quando a prosperidade, o desenvolvimento econômico e o progresso comercial estavam em apogeu na terra do Tio Sam, em decorrência do governo de Bill Clinton e seu superávit econômico, mesmo com os escândalos que o cercaram, George W. Bush decidiu levar os Estados Unidos a um novo confronto com um velho inimigo: o Iraque.

George W. Bush seguiu a trilha iniciada por seu pai e lançou uma guerra que somente cessou com a captura de Saddam, através de um sentimento reacionista. Mas, justificado pelos ataques terroristas recentes, o presidente conseguiu convencer o Congresso americano a financiar seu intento e a vencer inclusive os próprios americanos de que a guerra era legítima e necessária — a ponto de ser concedida a reeleição, com mais quatro anos no poder.

O resultado pretendido foi alcançado: o Iraque foi executado, Saddam foi executado, todavia, todo desejo de um preço, não é mesmo?

No caso americano, o preço a ser pago foi caro desde que em apenas oito anos, todo o progresso se esvaziou, trazendo consigo a crise e a recessão.

O que Clinton havia deixado como legado foi destruído.

O presente mostra um período negro: uma crise econômica, uma recessão e um desemprego assustador e, além disso, os problemas transcendendo os limites territoriais americanos, pois desde

meados de 2008, a situação pior.

George W. Bush conseguiu o que queria: levou um duro golpe na sua soberba com a crise que envolve o mundo. Assim, a população que elegeu Bush não se deu por satisfeita, pois o próximo presidente não custeará, já que o tempo ainda que tempo. E como num conto de fadas, os mocinhos democratas Barack Obama possuem o ineditismo de que fosse o resultado como o primeiro a mulher no poder. De tal sorte que o presidente escrever uma nova história do nuísmo da política. John McCain. Em muitos momentos

«EXISTE MUITO EM JOGO QUE NÃO PODE SER JOGADO FORA PELO DESCRÉDITO OU POR UMA CRISE MAIOR DO QUE MUITOS PENSAM E PROPALAM»

can believe in. Ao longo da história, sempre existiu algo nas pessoas: a esperança. Barack Obama não apenas por ser negro, ou por apresentar a esperança de um futuro mais sombrio por um emprego desafiador. A cerimônia de posse de milhares de pessoas ao presidente foi de sucesso e, hoje em dia, em torno das pessoas. Este é um lado da moeda. O país com problemas, a recessão, educação, crescimento, emprego, o que deram às perdas constantes. O que o novo presidente nos oito anos em